

Revalino Antonio de FREITAS¹

HARDT, M.; NEGRI, A. *Sob o signo do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501p.

se essa modernidade tem de acabar, e se os modernos Estados-nação que serviram de condição inevitável para a dominação imperialista e para guerras inumeráveis estão desaparecendo da cena mundial, já vão tarde! Temos de nos purgar de toda descabida nostalgia da *belle époque* dessa modernidade. (HARDT & NEGRI)

Até algum tempo atrás havia um consenso consistente no mundo dos cientistas sociais: era possível apreender a realidade social por meio de análises criteriosas, fundadas em métodos rigorosos quase sempre balizados pelos “clássicos”. Os paradigmas existiam e serviam de parâmetro. Nas últimas décadas, porém, as fortes mudanças estruturais levaram a um grau de incerteza quanto aos instrumentos teórico-metodológicos vigentes nessa fase da modernidade, de tal modo que, atualmente, tornaram-se lugar-comum tanto o questionamento da suficiência de tais instrumentos quanto a busca de outros, capazes de proporcionar novos caminhos para a investigação do presente.

¹ Departamento de Ciências Sociais – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – UFG – 75001-970 – Goiânia – GO.

Por outro lado, o velho mundo moderno não mais subsiste. Em seu lugar, o mundo novo “pós-moderno” deita raízes, espreado-se em solo fértil, atingindo todos os quadrantes. As idéias e os pressupostos teóricos, os paradigmas, os autores de referência passaram a ser vistos com desconfiança. O admirável mundo novo em constituição necessitaria ser explicado de modo novo, até mesmo para que os navegantes do presente possam fugir ao canto da sereia ecoado pelos arautos da modernidade.

A questão central, no entanto, é saber até que ponto a modernidade foi superada e, conseqüentemente, até que ponto os referenciais teórico-metodológicos que a explicam – ou explicavam, como queiram muitos – se encontram superados. Essa é uma discussão que, apesar das reticências de muitos, ainda promete ir longe, pois, se o admirável mundo novo bate à porta – ou será que já não se encontra na ante-sala? –, o espectro do velho mundo ainda insiste em permanecer. Dessa forma, o que se apresenta à sociedade contemporânea – pelo menos é essa a leitura – é um mundo em transição, estabelecido em espaço volátil, sujeito às tempestades do passado e às intempéries do futuro. E é esse mundo sem evasão possível, prenhe de inquietude, que se nos apresenta desafiador, ávido por ser decifrado, mas, ao mesmo tempo, sequioso para devorar os incautos ou precipitados em decifrá-lo.

Nos últimos decênios, a leitura da realidade a partir de uma perspectiva pós-moderna invadiu as ciências humanas, particularmente as ciências sociais. Falar de crise dos paradigmas tornou-se usual. Estabeleceu-se, então, um debate tensionado pela dualidade modernidade/pós-modernidade, sobre uma realidade social que, se não é mais a velha realidade explicada plenamente pelos “clássicos” da modernidade, tampouco é a nova realidade matizada pelos teóricos da pós-modernidade. Trata-se, uma vez mais, de uma sociedade em transição, mesclada, na qual a estrutura social, ao mesmo tempo em que adquire nova conformidade, mantém em posição de evidência certos caracteres do passado. A classe operária continua tendo o mesmo peso que ocupara outrora no quadro da estrutura de classes? Certamente, não. Mas isso não significa que, apesar de sua drástica redução, ela possa ser simplesmente excluída das análises sobre a estratificação social. O trabalho, como categoria sociológica, perdeu sua centralidade? Para muitos, sim. Contudo, as mutações em curso no mundo do trabalho, a diversidade nas atividades produtivas e nas formas de exploração, o deslocamento da maior parte dos postos de trabalho para atividades produtivas imateriais, atestam que o trabalho, longe de perder sua centralidade, continua sendo referencial. O Estado-nação perdeu sua razão de ser? Para muitos, sim. No

entanto, os interesses conflitantes no cenário internacional, sobretudo aqueles decorrentes de aspectos da dimensão econômica (como o protecionismo, por exemplo) e cultural (como questões religiosas e étnicas, por exemplo), deixam antever que ainda é prematuro decretar o fim do Estado-nação, apesar das iniciativas visando à constituição de instituições supranacionais. A própria formação dessas instituições (para ficar apenas no caso da União Européia, de todas a que mais avançou para consolidar uma instituição desse teor) tem-se realizado por meio de movimentos tensionados que produzem novas conformidades a cada ação concreta em direção à consolidação institucional, demonstrando o quanto o processo é frágil, complexo, volátil e flexível. Aliás, se existem características que ilustram com relativa segurança essa fase, elas são a fragilidade, a complexidade, a volatilidade, a flexibilidade, a velocidade, a incerteza.

Pois bem, entre as inúmeras leituras recentes desse mundo, não tão velho e não tão novo, encontra-se *Império*, escrito por Michael Hardt e Antonio Negri. Trata-se de uma obra volumosa, que pretende analisar caminhos que possam explicar as mudanças em curso. De imediato, é relevante ressaltar que o grande mérito dos autores reside na cautela com que enfatizam suas declarações. Se, desde o primeiro momento, demonstram uma indisfarçável euforia diante do novo mundo e do que ele representa, ao mesmo tempo não deixam de enfatizar que se trata “de um processo de constituição material da nova ordem planetária” (p.36), portanto, ainda se encontra em construção, em fase de transição. Para eles, a análise do problema (a constituição do Império) “está completamente aberta, não fechada” (p.36). As reticências, que vez por outra fazem, servem como advertência.

Mas o que é o Império? Segundo Hardt e Negri, como conceito que expressaria o novo mundo em afirmação, o Império traz consigo uma série de transfigurações. Em primeiro lugar, não se trata de um império como outros do passado, mas do Império: diferentemente do imperialismo, ele não estabelece um centro de poder territorial, caracterizando-se pela descentralização e desterritorialização que lhe permitem incorporar gradativamente todo o planeta em suas fronteiras, sempre abertas e continuamente em expansão. É impossível imaginar tal estrutura planetária da perspectiva da modernidade, até porque a nova estrutura se constitui por uma característica emblemática desses tempos de transição, a virtualidade.

Pode-se dizer que a soberania do Império ocorre, ela própria, nas margens, onde as fronteiras são flexíveis e as identidades são híbridas e fluidas.

Seria difícil dizer o que é mais importante para o Império, se o centro ou as margens. Com efeito, centro e margem parecem estar constantemente trocando de posição, fugindo de qualquer localização determinada. Podemos até dizer que o processo, propriamente, é virtual e que seu poder reside no poder virtual. (p.58)

Para impedir qualquer dúvida subjacente à idéia desse “poder virtual”, os autores advertem que, “mesmo sendo virtual e agindo nas margens, o processo de construção da soberania imperial é, em muitos sentidos, bastante real” (p.58).

Para os autores, a emergência do Império traz à tona uma “nova figura do corpo biopolítico”, por eles definida como a *multidão*, um

corpo que se torna estrutura não pela negação da força produtiva original que o anima, mas pelo seu reconhecimento; torna-se linguagem (tanto científica quanto social) porque é uma multidão de corpos singulares e determinados que buscam relação. (p.49)

Trata-se de um novo sujeito coletivo, plasmado assimetricamente pelo Império, volátil e, tal qual o Império, em permanente dispersão. Aliás, essa dispersão do Império, adquirida em sua gênese e que lhe dá ares de supremacia, representa, para essa multidão, sua possibilidade de libertação. Em outras palavras, a multidão exigiu o nascimento do Império para, a partir dele, se libertar. Mas o caminho para a libertação é longo e árduo. E, nesse sentido, os autores sugerem apenas a possibilidade de constituição de organizações sociais alternativas. Nada além disso.

A leitura que Hardt e Negri fazem dessa transição é incisiva na ruptura com a modernidade. E residem aí, também, algumas questões que merecem consideração por parte daqueles que fazem uma leitura do processo em curso com base numa perspectiva fundada na idéia de transição, a começar pela constituição do Império e de sua imanência. Por mais que os autores, por uma argumentação estruturada na dimensão jurídica, insistam em demonstrar o Império nascendo das cinzas do velho imperialismo e do ocaso do Estado-nação, as inúmeras evidências do cenário político mundial não permitem um alinhamento com essa tese. A dinâmica das relações internacionais, apesar do fortalecimento de algumas instituições multilaterais e do poder de decisão e intervenção de que algumas delas são portadoras, não autorizam afirmar o fim do Estado-nação conforme ele foi entendido ao longo de toda a modernidade.

A conceituação de Império por eles proposta também **requer** observações. Trata-se de um conceito que prescinde do **confinamento territorial** e, ao mesmo tempo, surge em oposição à história

como uma ordem que na realidade suspende a história e dessa forma determina, pela eternidade, o estado de coisas existentes ... Dito de outra forma, o Império se apresenta, em seu modo de governo, não como um momento transitório no desenrolar da história, mas como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da história. (p.14-5)

É difícil imaginar, nessa fase de transição, uma estrutura que articule tantos nexos, ilimitada e indefinidamente, sem estabelecer uma base operacional por meio de um espaço – que é limitado e finito – sobre o qual exerce sua soberania. A própria idéia de expansão do Império traz, subjacente, o entendimento de que essa expansão se dá a partir de um determinado espaço que se alarga em direção de outros espaços. Quanto à idéia de suspensão da história, do fim da temporalidade, traduz-se em uma tese que requer uma análise mais aprofundada, tantas são as conseqüências advindas. Não parece sensato, de imediato, em um mundo cuja transição se encontra eivada de contradições as mais diversas, ignorar essas contradições com base numa perspectiva que rompe com o sentido do tempo e suspende o ato historicamente construído.

O Império, por fim, não administra somente um território – sem fronteiras – e sua população, “mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana” (p.15). Eis uma descrição preocupante da nova ordem que, segundo os autores, encontra-se em adiantado processo de constituição. O Império é, em síntese, um demiurgo que tudo rege, objetivando uma paz perpétua e universal. Nesse sentido, a idéia do fim ou da superação da história se torna mais transparente. A sociedade encontra-se às portas de um admirável mundo novo, que nada fica a dever àquele descrito por Huxley. O cenário apresentado pelos autores é desolador, uma vez que contém claros indícios de uma sociedade totalitária em gestação.

Porém, como que para demonstrar que a simpatia por essa nova ordem tem um sentido, os autores afirmam que é justamente nesse novo totalitarismo que reside a esperança de libertação e que, apesar do cenário descrito, não se deve de modo algum se deixar levar pela nostalgia das antigas formas de dominação: “as forças criadoras da multidão que sustenta o Império são capazes também de construir, independen-

temente, um Contra-Império, uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais” (p.15). Como eles já afirmaram que analisar a possibilidade de emergência de novas forças sociais é o máximo de contribuição que podem oferecer e, da mesma forma, que não dá para esperar, estático, pela consolidação do Império e do Contra-Império, talvez seja a hora de aproveitar a leitura de Hardt e Negri como estímulo para o debate sobre novas configurações acerca da realidade social, considerando aquilo que ela é, ou seja, uma fase de transição, tensionada entre a resistência do velho e a emergência do novo.